



PROCURADOR

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 6.

Amor

A verdade é que devemos tudo aos amores infelizes, aos amores que não dão certo. A poesia se faz antes ou depois do amor, ninguém jamais fez um bom poema durante um amor feliz. Pois se o amor está tão bom, pra que interrompê-lo? O amor feliz não é assunto de poesia, o amor feliz é em vez de poesia. Literatura é quando o amor ainda não veio ou quando já acabou, literatura durante é mentira. Ou ela é empolgação ou é remorso, revolta, saudade, tédio, divagação desesperada — enfim, tudo que dá bom texto. Desconfie de quem explica um estado de exaltação criativa dizendo que está amando. Algo deve estar errado.

— Você está amando, mas ela não está correspondendo, é isso?

— Não, não. Ela também me ama. É maravilhoso.

— É maravilhoso, mas você sabe que não pode durar, é isso? Seu poema é sobre a transitoriedade de todas as coisas, sobre o efêmero, sobre o fim inevitável da felicidade num mundo em que...

— Não! É sobre a felicidade sem fim!

— Não pode ser.

— Mas é. Acabei o poema e vou fazer uma canção. Depois, talvez, uma cantata. E estou pensando num romance. Tudo inspirado no nosso amor. Não posso parar de criar. Estou transbordando de amor e ideia. Crio dia e noite.

— E a mulher amada?

— Quem? Ah, ela. Bom, ela sabe que a atenção que não lhe dou, dou ao nosso amor perfeito.

Está explicado. Ele não canta a amada ou seu amor. Está fascinado por ele mesmo,

amando. E o poema certamente é ruim. Porque o amor, para ser de verdade, tem de emburrecer. Só devem lhe ocorrer bobagens para dizer ou escrever durante um caso de amor. Ou é kitsch, de mau gosto, piegas ou copiado, ou não é amor. Qualquer sinal de originalidade pode até ser suspeito.

— Esses seus versos para mim... Estão ótimos.

— Obrigado.

— Essas juras de amor, essas rimas, essa métrica... De onde você tirou tudo isso?

— Eu mesmo inventei. Pensando em você.

— Seu falso!

— O quê?

— Só deixando de pensar em mim por algumas horas você faria uma coisa assim pensando em mim. Só tomando distância, escrevendo ou reescrevendo, raciocinando e burilando você faria isso. Um verso plagiado do Vinicius eu entenderia. Um verso original, e bom desse jeito, é traição. Só não sendo sincero você seria tão inteligente!

— Mas...

— Não fale mais comigo.

Pronto. O amor acabou, agora você pode ser criativo sem remorso. Você está infeliz, mas console-se. Pense em como isso melhorará o seu estilo.

VERISSIMO, L. F. *Verissimo antológico: meio século de crônicas, ou coisa parecida*. São Paulo: Objetiva, 2020.

QUESTÃO 01

Para o narrador do texto:

- (A) Poemas só podem ser bons se escritos por pessoas que amam e são correspondidas.
 (B) A experiência do sofrimento por amor é uma fonte de criatividade na literatura.
 (C) Amores não correspondidos geram textos literários ruins.
 (D) Bons textos literários são escritos durante relacionamentos amorosos felizes.
 (E) Os únicos fatores que influenciam na qualidade de um poema são as métricas e as rimas.

QUESTÃO 02

No excerto “*Só tomando distância, escrevendo ou reescrevendo, raciocinando e burilando você faria isso.*”, a palavra “*burilando*” exprime o mesmo significado que:

- (A) aperfeiçoando.
- (B) recomeçando.
- (C) rasgando.
- (D) esquentando.
- (E) esquecendo.

QUESTÃO 03

A locução “*em vez de*”, que ocorre no texto — “*O amor feliz não é assunto de poesia, o amor feliz é em vez de poesia.*” —, é classificada gramaticalmente como:

- (A) locução adverbial, formada por preposição, substantivo, preposição.
- (B) locução adverbial, formada por preposição, advérbio, preposição.
- (C) locução prepositiva, formada por preposição, advérbio, preposição.
- (D) locução prepositiva, formada por preposição, substantivo, preposição.
- (E) locução conjuntiva, formada por conjunção, substantivo, conjunção.

QUESTÃO 04

Em “*Bom, ela sabe que a atenção que não lhe dou, dou ao nosso amor perfeito.*”, o papel do pronome “*lhe*”, em relação ao verbo com o qual ocorre, é de:

- (A) objeto direto.
- (B) objeto indireto.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) adjunto adnominal.
- (E) sujeito.

QUESTÃO 05

Em “*Está fascinado por ele mesmo, amando.*”, o pronome “*ele*” é um:

- (A) pronome pessoal do caso reto.
- (B) pronome pessoal do caso oblíquo átono.
- (C) pronome pessoal do caso oblíquo tônico.
- (D) pronome relativo.
- (E) pronome indefinido.

QUESTÃO 06

Na locução verbal que ocorre em “*Acabei o poema e vou fazer uma canção.*”, a expressão de tempo decorre:

- (A) do verbo “*ir*”, no presente do indicativo, que exprime futuro quando ocorre junto a um verbo no infinitivo.
- (B) do verbo “*ir*”, no futuro do presente do indicativo, que exprime futuro quando ocorre junto a um verbo no infinitivo.
- (C) do verbo “*fazer*”, no infinitivo, que exprime presente quando ocorre junto a um verbo no presente do indicativo.
- (D) do verbo “*fazer*”, no presente do indicativo, que exprime presente quando ocorre junto a um verbo no futuro do presente do indicativo.
- (E) do verbo “*acabar*”, no pretérito perfeito do indicativo, que exprime passado quando ocorre junto a qualquer outro verbo que possa ser empregado no contexto.

QUESTÃO 07

A sentença a seguir que apresenta um advérbio funcionando como recurso de coesão anafórico é:

- (A) Veja se está de acordo e me informe rapidamente.
- (B) Os pais da garota proibiram-na de ir à festa, e ela ficou muito chateada.
- (C) Essas atitudes não ajudam em nada.
- (D) Os rapazes começaram a trabalhar cedo.
- (E) Apesar da decisão ter sido tomada pela maioria, eu não penso assim.

QUESTÃO 08

O emprego incorreto da vírgula, que separa um verbo de seu(s) complemento(s), ocorre em:

- (A) Ele escolheu que a votação fosse adiada; a maioria, que fosse mantida.
- (B) Ana, Mônica e João, que não aguentavam mais de saudade, foram visitar a amiga.
- (C) Não vá ao parque, pois há muitos carrapatos ali.
- (D) O homem exigia dos policiais, uma explicação plausível para o assassinato de sua esposa.
- (E) Lembre-se de voltar cedo para casa, meu bem.

QUESTÃO 09

Analise o emprego dos verbos em destaque nas sentenças a seguir. Assinale a alternativa em que se verifica incorreção quanto à conjugação verbal apresentada.

- (A) Enquanto a namorada viaja, o rapaz **farreia**.
- (B) As garotas se **maquiam** em reuniões nos fins de semana.
- (C) Eles **remediam** questões burocráticas da instituição.
- (D) Os corações **anseiam** por um amor duradouro.
- (E) Seus avós **custeiam** todos os gastos em materiais escolares.

QUESTÃO 10

Das condições apresentadas a seguir a respeito do uso do acento indicativo de crase, quando ocorre a preposição “a”, é verdadeiro que seu emprego é facultativo apenas:

- (A) diante de palavras masculinas precedidas de artigo definido.
- (B) diante de palavras femininas precedidas de artigo definido.
- (C) diante de pronomes possessivos.
- (D) diante de pronomes demonstrativos femininos.
- (E) diante de pronomes pessoais femininos.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO
LÓGICO
QUESTÃO 11**

Uma empresa de hospedagem cobra do cliente por cada hora utilizada na hospedagem, porém horários diferentes têm taxas diferentes. Entre 7h e 18h, cobra-se R\$ 12,00 por hora, e entre 18h e 7h do dia seguinte, cobra-se R\$ 15,00 por hora, independentemente do dia da semana. Um determinado cliente chegou na hospedagem às 22h de uma sexta-feira e saiu às 12h da segunda-feira seguinte. Quanto este cliente pagou pela estadia?

- (A) R\$ 824,00.
- (B) R\$ 812,00.
- (C) R\$ 849,00.
- (D) R\$ 861,00.
- (E) R\$ 889,00.

QUESTÃO 12

Para fazer um drinque, uma pessoa mistura 50 ml de uma bebida destilada, com suco e gelo. Se a pessoa comprar 2 litros dessa bebida, quantos drinques ela conseguirá fazer?

- (A) 25.
- (B) 40.
- (C) 30.
- (D) 20.
- (E) 12.

QUESTÃO 13

Um comerciante utiliza um sistema automatizado para contar o número de pessoas que entra na sua loja, e o número de pessoas que efetivamente fazem uma compra. No fechamento de um dado mês, ele descobriu que a razão entre o número de pessoas que efetivamente compraram e o número de pessoas que entraram na sua loja foi de 1/10. Ele chama essa razão de ‘efetividade’. No mês seguinte, entraram 10% mais pessoas na loja (em relação ao mês anterior), mas o número de compradores foi o mesmo do mês anterior. Nessas condições, sobre a efetividade pode-se dizer que:

- (A) Baixou para 1/11.
- (B) Baixou para 10/11.
- (C) Aumentou para 11/100.
- (D) Baixou para 11/100.
- (E) Aumentou para 1/11.

QUESTÃO 14

Observe a seguinte sequência lógica numérica:

$$-\frac{1}{2}, 3, -\frac{1}{4}, 5, -\frac{1}{6}, 7, \dots$$

Qual o resultado da subtração: 7º elemento menos o 6º elemento?

- (A) -63/8.
- (B) 57/8.
- (C) 49/8.
- (D) -49/8.
- (E) -57/8.

QUESTÃO 15

Observe a seguinte afirmativa sobre os triângulos:

I – O maior ângulo interno possível para um triângulo é 90°. Neste caso, chama-se um triângulo retângulo.

II – Dado um triângulo retângulo, a soma dos dois ângulos internos que não são retos é sempre igual a 90°.

III – Um quadrado que foi cortado ao longo de uma de suas diagonais forma dois triângulos isósceles idênticos.

Estão corretas:

- (A) Somente I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e III.
- instituições civis.

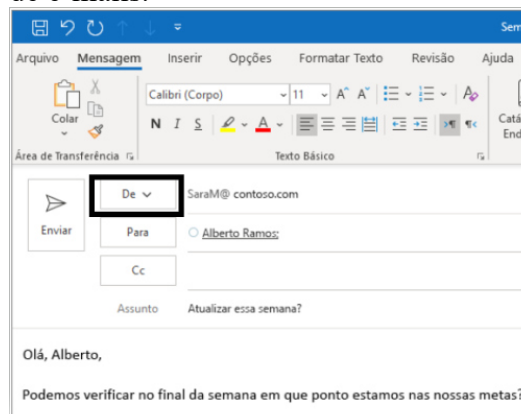
NOÇÕES DE INFORMÁTICA
QUESTÃO 16

Para acessar a sua conta de e-mail utilizando um navegador padrão de internet, é necessário que se faça qual das ações descritas a seguir, que permitirá o acesso aos itens recebidos:

- (A) Trojan.
- (B) Upload.
- (C) Whois.
- (D) Login.
- (E) Domain.

QUESTÃO 17

A imagem a seguir descreve os campos presentes em um software utilizado para envio de e-mails.



Fonte: <https://support.microsoft.com/>

O botão em destaque na imagem, tem a função de:

- (A) Definir de qual e-mail será enviada a mensagem.
- (B) Definir de qual e-mail será recepcionada a mensagem.
- (C) Definir para qual e-mail será enviada a mensagem.
- (D) Definir para qual e-mail será copiada a mensagem.
- (E) Definir de qual conta será excluída a mensagem.

QUESTÃO 18

Considere os atalhos de teclado utilizados com frequência no Microsoft Word e assinale a opção que melhor descreve a ação obtida ao utilizar o comando **CTRL+ E** em um texto selecionado:

- (A) Apagar o texto.
- (B) Grifar o texto.
- (C) Sublinhar o texto.
- (D) Centralizar o texto.
- (E) Corrigir o texto.

QUESTÃO 19

Para ler em voz alta um texto produzido utilizando Microsoft Word, basta selecionar as palavras que deseja ouvir e clicar em:

- (A) **Alt + Tab + Espaço.**
- (B) **Alt + Ctrl + Espaço.**
- (C) **Alt + Tab + Esc.**
- (D) **Alt + Tab + Enter.**
- (E) **Alt + Enter + Espaço.**

QUESTÃO 20

O atalho de teclado **Ctrl+Alt+S** no Microsoft Word tem a função de:

- (A) Gerar um novo documento.
- (B) Criptografar o documento produzido.
- (C) Compartilhar um documento já finalizado.
- (D) Dividir a janela do documento.
- (E) Resumir o texto do documento produzido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Acerca do regime constitucional para as medidas judiciais de controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) É vedado ao juiz singular, em controle difuso de constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, reconhecer a inconstitucionalidade da norma para a solução do caso concreto.
- (C) É vedado ao juiz singular proceder ao controle concentrado e abstrato de constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) O controle de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia concreta e não abstrata.
- (E) Partidos políticos têm competência para a propositura de ações diretas de inconstitucionalidade, independentemente de representação no Congresso Nacional.

QUESTÃO 22

Acerca dos direitos e garantias individuais fundamentais previstos na Constituição da República, considere as seguintes assertivas:

“I - É resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, exceto se a origem da informação decorrer do cometimento de ato ilícito”.

“II - É plena a liberdade de associação, sendo vedada a sua dissolução compulsória por decisão judicial, em qualquer caso”.

“III - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário a indenização prévia à utilização, se houver dano”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 23

Mário é aposentado em regime próprio de previdência do serviço público do Município de Alfa, época em que ocupava o cargo de Analista Ambiental.

Logrou aprovação, anos depois, em concurso público para tomar posse no cargo de Engenheiro Ambiental, junto ao Consórcio Público denominado Beta.

O dirigente de Beta consultou o departamento jurídico da instituição quanto à constitucionalidade do provimento pretendido.

Em relação à tal hipótese, é CORRETO o que se afirma em:

(A) é ilícita a pretensão de provimento simultânea à permanência de percepção dos proventos de aposentadoria, pois proventos decorrentes de regime próprio de previdência só podem ser acumulados com novo cargo público no âmbito do mesmo órgão em que o agente se aposentou no primeiro vínculo.

(B) é ilícita a pretensão de provimento simultânea à permanência de percepção dos proventos de aposentadoria.

(C) é lícita a pretensão de provimento simultânea à permanência de percepção dos proventos de aposentadoria para até dois cargos públicos.

(D) é lícita a pretensão de provimento simultânea à permanência de percepção dos proventos de aposentadoria para até dois cargos públicos, um da ativa e o outro em que se deu a aposentação, desde que ambos sejam de natureza técnica.

(E) é lícita a pretensão de provimento simultânea à permanência de percepção dos proventos de aposentadoria para até dois cargos públicos, desde a soma da remuneração de ambos não ultrapasse o teto salarial incidente para o cargo da ativa.

QUESTÃO 24

Tício, servidor público do Município de Gama, foi eleito para ocupar o cargo de vereador no Município Alfa.

Diante desta hipótese, é CORRETO se afirmar, à luz do regime constitucional:

(A) ainda que não haja compatibilidade de horários, os cargos são cumuláveis, bem como as remunerações e vantagens, viabilizando-se o exercício democrático nas condições em que Tício foi eleito.

(B) Tício deve ser afastado do cargo no Município Gama se desejar o provimento no cargo eletivo, percebendo, necessária e exclusivamente, a remuneração compatível ao cargo de natureza efetiva.

(C) Tício deve ser afastado do cargo no Município Gama se desejar o provimento no cargo eletivo, percebendo, necessária e exclusivamente, a remuneração compatível ao cargo de Vereador.

(D) havendo compatibilidade de horários, os cargos são cumuláveis, bem como as remunerações e vantagens.

(E) havendo compatibilidade de horários, os cargos são cumuláveis, devendo Tício optar pela remuneração e vantagens de apenas um deles.

QUESTÃO 25

Conforme o processo legislativo disciplinado pela Constituição da República, leis que disponham sobre o regime jurídico, estabilidade e aposentadoria de servidores públicos da União são de iniciativa:

(A) de qualquer membro do Congresso Nacional, assegurada a competência sancionatória ao Chefe do Poder Executivo.

(B) de qualquer membro do Congresso Nacional e do Chefe do Poder Executivo.

(C) do Chefe do Poder Executivo e das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(D) do Chefe do Poder Executivo e da Mesa do Congresso Nacional.

(E) do Chefe do Poder Executivo, privativamente.

QUESTÃO 26

Acerca da disciplina constitucional para a política de desenvolvimento urbano, considere as seguintes assertivas:

“I – A Política de Desenvolvimento Urbano se dá sob execução comum da União, dos Estados e do Distrito Federal”.

“II – A Política de Desenvolvimento Urbano tem no plano diretor o seu instrumento básico, obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes”.

“III – A Política de Desenvolvimento Urbano prevê o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo como mecanismo sancionatório para se exigir o adequado aproveitamento da propriedade urbana”.

“IV – A Política de Desenvolvimento Urbano prevê a desapropriação mediante prévia indenização em dinheiro como mecanismo sancionatório para se exigir o adequado aproveitamento da propriedade urbana”.

À luz da Constituição Federal, está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

QUESTÃO 27

Considere a seguinte hipótese, à luz da disciplina do serviço público contida na Lei Federal n.º 8.112/1990.

“O servidor público Décio, aposentado quando ocupante de cargo público, teve o retorno à sua atividade solicitado pela Administração”.

Diante desta hipótese, é CORRETO afirmar:

- (A) é lícita a medida de retorno à atividade, denominada de reversão.
- (B) é lícita a medida de retorno à atividade, denominada de recondução.
- (C) é lícita a medida de retorno à atividade, denominada de aproveitamento, sendo que o servidor voltará a receber a remuneração do cargo que voltar a exercer, sem as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- (D) é ilícita a medida de retorno à atividade de servidor já aposentado, em qualquer caso.
- (E) o retorno à atividade somente é permitido se a aposentadoria for por invalidez e quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

QUESTÃO 28

O gestor público do órgão Beta deseja a celebração de ajuste em que interessados se vinculam à Administração para que, preenchidos os requisitos necessários e previamente estipulados pela Administração, executem o objeto pactuado quando convocados, prevendo-se a celebração de tal vínculo com todos que se interessem ao cumprimento dos requisitos estipulados.

Diante de tal pretensão, assinale a alternativa CORRETA, à luz da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) a medida pretendida é incompatível com a Lei Federal n.º 14.133/2021.
- (B) a medida pretendida é compatível com a Lei Federal n.º 14.133/2021, desde que objeto de prévio Pregão.
- (C) a medida pretendida é compatível com a Lei Federal n.º 14.133/2021, desde que objeto de prévia Concorrência.
- (D) a medida pretendida é compatível com a Lei Federal n.º 14.133/2021, tratando-se de seu procedimental auxiliar denominado sistema de registro de preços.
- (E) a medida pretendida é compatível com a Lei Federal n.º 14.133/2021, tratando-se de seu procedimental auxiliar denominado credenciamento.

QUESTÃO 29

O gestor do Município Alfa pretende veicular licitação pública visando à contratação de obra pública para a reforma de sua sede, cujo valor estimado é de R\$ 300.000,00. Acerca da modalidade licitatória a ser utilizada, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) deve ser utilizada a modalidade da Concorrência.
- (B) pode ser utilizada a modalidade do Pregão.
- (C) pode ser utilizada a modalidade do Convite.
- (D) pode ser utilizada a modalidade da Tomada de Preços.
- (E) pode ser veiculado Chamamento Público visando à promoção de diálogo competitivo.

QUESTÃO 30

Acerca dos critérios de julgamento para as licitações públicas, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) os critérios de julgamento do menor preço, do maior desconto e da técnica e preço podem ser utilizados no Pregão.
- (B) o julgamento por maior retorno econômico considerará o preço fixo proposto pelo particular, acrescido de fator de indexação de pontuação proporcional à economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.
- (C) no julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.
- (D) no julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas de preço e, em seguida, as propostas técnicas.
- (E) o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública não poderá ser considerado na pontuação técnica.

QUESTÃO 31

“O contrato de rateio será formalizado _____, e seu prazo de vigência _____, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual”. Considerando a Lei Federal n.º 11.107 de 2005, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- (A) a cada dois exercícios financeiros, apenas / não será superior ao das dotações que o suportam.
- (B) em cada exercício financeiro / não será superior ao das dotações que o suportam.
- (C) a cada três exercícios financeiros, apenas / será superior ao das dotações que o suportam.
- (D) em cada exercício financeiro / será superior ao das dotações que o suportam.
- (E) somente no primeiro mês do primeiro exercício financeiro / será superior ao das dotações que o suportam.

QUESTÃO 32

Nos termos do Decreto Federal n.º 6.017/2007, quanto à gestão dos consórcios públicos, é correto afirmar:

- (A) Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- (B) Os dirigentes do consórcio público responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da assembleia geral.
- (C) O consórcio público não poderá, nem para o cumprimento de suas finalidades, receber subvenções sociais ou econômicas.
- (D) O consórcio público não poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
- (E) O consórcio público, para cumprimento de suas finalidades e independente da forma como constituído, poderá promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correta considerando as operações de locação de bens móveis.

- (A) É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre operações de locação simples de bens móveis.
- (B) É constitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre operações de locação simples de bens móveis, devido aos Municípios.
- (C) É constitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis, devido aos Estados.
- (D) É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis, pois esta operação é imune à incidência de tributos.
- (E) É constitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis, cumulada com a incidência de ICMS sobre a mesma operação.

QUESTÃO 34

O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa, não apenas, mas também nos seguintes casos, considerando o Código Tributário Nacional:

“I - quando a lei assim o determine”.

“II - quando a declaração for prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária”.

“III - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação”.

“IV - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária”.

Nos termos do enunciado, está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35

Nos termos do Código Tributário Nacional é correto afirmar que a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em ação judicial:

- (A) Suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- (B) Extingue o crédito tributário.
- (C) Exclui o crédito tributário.
- (D) Constitui o crédito tributário.
- (E) Anula o crédito tributário.

QUESTÃO 36

De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional acerca da capacidade e competência tributárias, é correto afirmar que:

(A) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

(B) A capacidade tributária passiva depende de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.

(C) A capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

(D) A atribuição constitucional da capacidade tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.

(E) O não-exercício da competência tributária a defere à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta considerando a Lei Federal n.º 4.320 de 1964.

(A) O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.

(B) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será apenas de forma prévia.

(C) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será apenas de forma concomitante.

(D) O controle da execução orçamentária não compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

(E) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será apenas de forma subsequente à operação.

QUESTÃO 38

De acordo com a lei Federal n.º 4.320 de 1964, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, são:

(A) Fundos especiais.

(B) Transferências voluntárias.

(C) Despesas obrigatórias.

(D) Créditos adicionais.

(E) Créditos de emergência.

QUESTÃO 39

Para os efeitos da Lei Complementar n.º 101 de 2000, a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação, é entendida como:

(A) Empresa controlada.

(B) Empresa estatal dependente.

(C) Autarquia especial.

(D) Empresa Pública.

(E) Autarquia controlada.

QUESTÃO 40

“Constitui _____ o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”. De acordo com a lei Federal n.º 4.320 de 1964, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

(A) Crédito adicional especial.

(B) Balanço orçamentário.

(C) Destaque orçamentário.

(D) Crédito adicional extraordinário.

(E) Fundo especial.

QUESTÃO 41

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, assinale a alternativa correta:

(A) A prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário não fazem parte do que se entende por saneamento básico.

(B) O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

(C) Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 15 (quinze) anos.

(D) O plano de saneamento básico deverá englobar integralmente o território estadual, sem exceções.

(E) O manejo dos resíduos sólidos não faz parte do que se entende por saneamento básico.

QUESTÃO 42

Nos termos da Lei Federal n.º 4.717/1965, são nulos os atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos. Diante do exposto, assinale a alternativa correta sobre as normas para a conceituação dos casos de nulidade

(A) A incompetência fica caracterizada quando o ato se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

(B) A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação apenas de regra de natureza concreta, e não principiológica.

(C) O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso do previsto, quando ocorre apenas de maneira explícita, já que os motivos internos do agente não interessam ao juízo de (in)validade.

(D) É de 10 (dez) anos o prazo para a Administração invalidar os próprios atos dos quais resultem efeitos benéficos a particular de boa-fé.

(E) O vício de forma consiste, também, na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou juridicidade do ato.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei nº 9.394/96, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assinale a alternativa correta:

- (A) A educação infantil é oferecida apenas para crianças a partir dos 5 anos de idade.
- (B) O acesso ao ensino fundamental é condicionado ao desempenho do aluno em testes de admissão.
- (C) O acesso e permanência na educação básica são direitos públicos subjetivos assegurados pela Constituição Federal e por esta Lei.
- (D) O ensino médio é facultativo e não integra a educação básica.
- (E) O ensino é livre à iniciativa privada, sem sujeição à regulação estatal.

QUESTÃO 44

Ana assinou um contrato com Bianca comprometendo-se a entregar-lhe uma blusa. Contudo, antes da entrega, Ana usou a blusa no fim de semana e a sujou com amora, pois estava fazendo um bolo, causando uma mancha visível e definitiva. Diante do exposto, assinale a alternativa correta sobre o que a Bianca poderá fazer.

- (A) Demandar apenas o equivalente em dinheiro, renunciando indenização das perdas e danos.
- (B) Aceitar a blusa no estado em que se encontra, ou o equivalente em dinheiro e demandar, em ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- (C) Exigir, apenas, indenização por perdas e danos.
- (D) Aceitar a blusa, desde que renuncie ao direito de demandar indenização das perdas e danos.
- (E) Nenhuma alternativa está correta.

QUESTÃO 45

Mariane celebrou contrato de adesão de plano de saúde com determinada cooperativa médica. Ao receber o contrato ao qual aderiu, Mariane notou que certas cláusulas referentes às tarifas continham ambiguidades e contradições. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) As mencionadas cláusulas do contrato serão nulas.
- (B) O contrato é nulo.
- (C) As mencionadas cláusulas do contrato devem ser interpretadas mais favoravelmente à Mariane.
- (D) As mencionadas cláusulas do contrato devem ser interpretadas mais favoravelmente à cooperativa médica.
- (E) O contrato não existe juridicamente.

QUESTÃO 46

Livia outorga a Rogério, pelo período de quinze anos, o direito real de usufruto sobre um apartamento do qual é proprietária. Esse direito real é formalizado mediante uma escritura pública, que é devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis. Quatro anos após a constituição do usufruto, Rogério vem a falecer, tendo como herdeiras suas filhas Aline e Alice. Diante desse contexto, identifique a afirmativa correta sobre o caso.

- (A) O usufruto se extingue, cancelando-se o registro no Cartório de Registro de Imóveis pela morte de Rogério.
- (B) O usufruto não se extingue, mesmo com a morte de Rogério, integrando o seu espólio.
- (C) Aline e Alice precisam iniciar um processo judicial para obter uma sentença que estabeleça o direito real de usufruto sobre o apartamento.
- (D) Aline e Alice herdam apenas o direito de uso do apartamento.
- (E) Tendo havido a morte do usufrutuário sem ressalva no título ou prévio cancelamento, Aline e Alice herdam a propriedade do apartamento, pois que seu pai detinha a exteriorização do domínio útil.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à produção de provas, prevista no Código de Processo Civil.

- (A) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- (B) A ata notarial atesta a existência de algum fato e é lavrada por tabelião, podendo constar dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos.
- (C) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- (D) Ao réu revel é defeso produzir provas no processo.
- (E) A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá suscitar sua falsidade, com ou sem deflagração do incidente de arguição de falsidade.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta quanto às restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público, previstas no Código de Processo Civil e nas súmulas dos tribunais superiores.

- (A) Será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, ainda que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança.
- (B) Não cabe medida possessória liminar para liberação alfandegária de automóvel.
- (C) Será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.
- (D) A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes prejudica e condiciona o julgamento do Pedido de Suspensão de Liminar porventura apresentado ao Presidente de Tribunal.
- (E) No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar não será concedida, senão após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas.

QUESTÃO 49

Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Sobre este assunto e de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Dos despachos cabe recurso.
- (B) O juiz proferirá os despachos no prazo de 10 dias.
- (C) Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não verse sobre a extinção do processo.
- (D) O juiz resolverá o mérito quando reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- (E) A fundamentação é exigida apenas em sentenças, acórdãos e decisões monocráticas, sendo dispensável em decisões interlocutórias.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa INCORRETA em relação à aplicação da lei penal no tempo, de acordo com jurisprudência dos tribunais superiores.

- (A) Uma lei penal intermediária mais benéfica ao réu, vigente entre a data do crime e a data da sentença condenatória, será relevante para aplicação no direito penal brasileiro.
- (B) No caso de lei posterior que beneficie, em parte, o acusado e, em outra, o prejudique, deve o juiz da causa ou da execução aplicar, em sua integralidade, a lei posterior.
- (C) É vedada a combinação de partes de uma lei, criando-se uma *lex tertia* a ser aplicada ao caso concreto.
- (D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (E) Não se aplica a retroatividade da lei penal mais benéfica quando houver evolução de interpretações jurisprudenciais mais benéficas.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

O Município de Gama veiculou Edital de licitação pública visando à contratação de pessoas jurídicas especializadas no segmento de engenharia, para a construção de escola municipal com área construída de 5.000 (cinco) mil metros quadrados, sob o regime da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Dentre as exigências habilitatórias do Edital, constou que o licitante deveria comprovar, para lograr habilitação no certame, que detém qualificação técnica através da apresentação de atestados que demonstrem experiência no aspecto de maior relevância eleito em edital, qual seja já terem sido executadas obras similares ao escopo licitado cuja somatória atinja a extensão construída de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da estimada à construção licitada, bem como que comprove qualificação econômico-financeira através da demonstração de índices contábeis de liquidez com resultado igual ou superior a 1,0 (um) diante de sua performance financeira nos últimos dois exercícios concluídos e mediante comprovação de capital ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado à contratação.

Também constou do Edital a exigência de que, após a homologação do certame, a proponente vencedora prestasse garantia de adimplemento do contrato de modo a cobrir reparação de até 5% de seu valor inicial.

A licitante “AB” logrou a oferta do menor preço à Administração, porém, quando da análise de seus documentos habilitatórios, verificou-se não atingir o índice contábil mínimo de liquidez financeira, uma vez que seus passivos superaram os ativos para o período em apreciação, tendo o Agente de Contratação do Município deliberado pela inabilitação da licitante.

Ato contínuo, apreciando os documentos habilitatórios da licitante “XY”, segunda classificada, deliberou-se por sua habilitação.

Noticiando-se o desfecho do julgamento habilitatório, nenhum licitante manifestou interesse em recorrer administrativamente. Apenas “AB” e “XY” participaram do certame.

A licitação foi homologada, o contrato administrativo celebrado e a obra iniciada.

Após alguns dias, o Município Gama foi surpreendido através da citação de seu Agente de Contratação acerca de mandado de segurança impetrado pela licitante “AB”, com pedido de tutela provisória de urgência de suspensão da execução do contrato administrativo e retomada da licitação pública, cuja análise foi diferida, pelo Juízo da 1.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Gama, para o momento imediatamente posterior ao exercício do contraditório.

Alegou a Impetrante que não faria sentido exigir índices de liquidez mínimos, uma vez que demonstrara a sua qualificação técnica e econômico-financeira, esta última sob a perspectiva da regular garantia à execução do contrato que prestaria mediante caução e que se revela de seu capital social superior aos 10% reclamados em Edital, rogando pela reforma jurisdicional de sua inabilitação.

Como primeiro pedido subsidiário, postulou a Impetrante, se não acolhido o pedido principal, que fosse inabilitada a sua concorrente “XY”, isto pois os seus atestados de execução pretérita, ainda que equivalentes à parcela de grande relevância eleita em Edital, não revelavam experiência em execução de obra de “escola”, especificamente, mas de prédios no geral, culminando, então, na inabilitação de sua concorrente e no fracasso da licitação.

Enquanto segundo pedido subsidiário, postulou, se já consumada a obra ao tempo da decisão judicial, que fosse o Município condenado aos lucros cessantes decorrentes da perda da oportunidade de prestar serviços ao Poder Público, bem como pelos danos emergentes atinentes à elaboração da proposta licitatória (materiais e mão de obra da Impetrante), tudo a ser apurado na instrução processual.

Na condição de procurador jurídico do Município de Gama, adote a medida processual cabível em *defesa do ato adotado pela autoridade coatora*, datando a Peça Prático-Profissional adequada com o último dia do prazo processual legalmente previsto, considerando-se, para este fim, que a citação e a juntada do respectivo mandado citatório aos autos se deu em 6 de maio de 2024, uma segunda-feira. Desconsidere, no cômputo do prazo, quaisquer feriados ou recessos.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

